

**Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais:  
O Círculo das Matrizes Epistemológicas**

Ana Paula Paes de Paula<sup>1</sup>

**Resumo:**

Neste artigo, apresentamos uma proposição para orientar os estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas. A intenção é oferecer uma alternativa à lógica paradigmática de Kuhn: a lógica dos interesses cognitivos de Habermas. Inspirados por Kuhn, e apoiando-se na tese da incomensurabilidade dos paradigmas, Burrell e Morgan elaboraram o diagrama dos paradigmas sociológicos, mas sua inserção vem estimulando uma “guerra paradigmática”. O círculo das matrizes epistemológicas também proporciona um esquema para orientação dos estudos organizacionais, mas defende a tese da incompletude cognitiva e sugere que o conhecimento sociológico e organizacional se desenvolve de acordo com a teoria das reconstruções epistemológicas. Para realizar essas proposições e elaborações, realizamos uma discussão sobre os paradigmas sociológicos e acerca do conteúdo do debate paradigmático para evidenciar as dificuldades de superação dos conflitos trazidos pela insistência na defesa ou na crítica da tese da incomensurabilidade dos paradigmas. Em seguida, questionamos a adequação dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais, problematizando em especial a influência que eles sofreram dos paradigmas kuhnianos. Na seção seguinte, há uma exposição de nossa proposição alternativa – o círculo das matrizes epistemológicas – e também a defesa da tese da incompletude cognitiva e das reconstruções epistemológicas. Finalizando, apresentamos as conclusões e reflexões para futuras pesquisas.

**Palavras-Chave:** Estudos Organizacionais. Círculo das Matrizes Epistemológicas. Paradigmas, Teoria Crítica, Epistemologia.

**1. Introdução**

O objetivo deste artigo é apresentar e defender uma nova proposta para orientar os estudos organizacionais: o **círculo das matrizes**. Buscaremos sustentar uma nova lógica de pensamento para os estudos organizacionais que nos ajude a superar a mentalidade paradigmática inserida por Burrell e Morgan (1979), bem como os dilemas trazidos pela tese da incomensurabilidade dos paradigmas. O **círculo das matrizes epistemológicas** aponta as seguintes matrizes que se guiam pelos três interesses cognitivos discutidos por Jürgen Habermas (1968/1982) em **Conhecimento e Interesse**: a matriz empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático) e a matriz crítica (interesse emancipatório).

As matrizes epistemológicas indicam as preferências cognitivas, de lógica de pensamento e de interesses, sendo que cada uma delas recorre a uma linguagem específica. Essas matrizes epistemológicas, que representam partes de um todo integrado que é a produção do conhecimento, foram dispostas por nós em um círculo que é um *locus* no qual as abordagens

---

<sup>1</sup> UFMG

sociológicas se situam: o **círculo das matrizes epistemológicas**. Buscando romper com a mentalidade paradigmática redefinimos os “paradigmas sociológicos” de Burrell e Morgan (1979) como abordagens sociológicas, ou sistemas de produção de conhecimento, que estão em constante desenvolvimento e não se resumem aos quatro “paradigmas” apresentados pelos autores em seu conhecido diagrama. Para os estudos organizacionais apresentamos seis abordagens sociológicas – a abordagem funcionalista, a abordagem interpretativista, a abordagem humanista, a abordagem estruturalista, a abordagem pós-estruturalista e a abordagem realista crítica – defendendo ainda que é possível a criação de novas abordagens,. No âmbito dessas abordagens, temos as teorias e metodologias que são desenvolvidas para sustentá-las.

Em síntese, as matrizes epistemológicas abrangem abordagens sociológicas, que por sua vez, produzem teorias e metodologias. As matrizes epistemológicas tentam dar sua explicação da realidade e sua versão da verdade, sendo que cada uma delas tomada separadamente representa um ponto cego em relação às outras duas, bem como uma potencial incomunicabilidade, uma vez cada uma recorre a uma linguagem específica. No entanto, essa incomunicabilidade não é insuperável, pois constatamos que mesmo abordagens sociológicas que apresentam um viés para uma determinada matriz epistemológica produzem teorias e metodologias que transitam no círculo das matrizes epistemológicas. Essa incomunicabilidade também não é desejável, pois o ideal seria que as pesquisas em estudos organizacionais abrangessem os três interesses cognitivos – o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório –, sendo que ainda assim os investigadores precisariam estar conscientes que enfrentam limitações cognitivas.

Emerge assim a **tese da incompletude cognitiva**, que sustenta que no âmbito das ciências sociais e dos estudos organizacionais, independentemente da abordagem sociológica utilizada, não é possível atingir todo o conhecimento, mas apenas uma parte dele. Ao invés de debater a tese da incomensurabilidade dos paradigmas concluímos que seria mais frutífero deixar de lado a ideia de uma incomunicabilidade entre eles e admitir nossa impossibilidade de ter toda verdade a partir de uma determinada abordagem sociológica. Assim, as abordagens sociológicas não seriam instâncias estritamente rivais, mas formas diversas de captar a realidade e explicá-la, sendo que, para abranger mais interesses cognitivos, deveriam dialogar. Sustentamos também que no âmbito das ciências sociais e dos estudos organizacionais, o conhecimento se desenvolve por meio de **reconstruções epistemológicas**, ou seja, trabalhos de “escavação” – busca de origens – que aprimoram teorias e metodologias e podem fazer surgir novas abordagens sociológicas. Nesse processo, as teorias e metodologias que são capazes de transitar no círculo das matrizes epistemológicas podem culminar no surgimento de uma nova abordagem sociológica, que também adquire a propriedade de se movimentar entre as matrizes epistemológicas.

Para realizar essas proposições e elaborações, o primeiro passo foi realizar uma discussão sobre os próprios paradigmas sociológicos e acerca do conteúdo do debate paradigmático para evidenciar as dificuldades de superação dos conflitos trazidos pela insistência na defesa ou na crítica da tese da incomensurabilidade dos paradigmas. Na seção seguinte, questionamos a adequação dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) para os estudos organizacionais, problematizando em especial a influência que eles sofreram dos paradigmas kuhnianos. Na quarta seção, há uma exposição de nossa proposição alternativa – o **círculo**

das matrizes epistemológicas – e também a defesa da **tese da incompletude cognitiva** e das **reconstruções epistemológicas**. Em seguida, apresentamos as conclusões e reflexões para futuras pesquisas.

## 2. Questionando o Uso dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais

Para realizar o nosso intento, em primeiro lugar retomaremos a tese da incomensurabilidade dos paradigmas. Nossa prática de pesquisa e docência vem demonstrando que no campo dos estudos organizacionais as discussões epistemológicas são frequentemente realizadas a partir do texto *Sociological Paradigms and Organisational Analysis* de Burrell e Morgan (1979). A despeito das críticas dirigidas a esse trabalho, nenhuma abordagem sobre epistemologia nos estudos organizacionais pode se isentar de citá-lo, sob pena de cobranças por parte dos pesquisadores da área. O modelo proposto por Burrell e Morgan (1979) recorre à duas dimensões, a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical, que são perpassadas pela oposição entre objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama com quatro paradigmas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical.

**Figura 1: Diagrama de Gibson Burrell e Gareth Morgan**



**Fonte:** Burrell e Morgan (1979, p.22).

Para constituir esse diagrama, Burrell e Morgan (1979) recorrem a quatro pressupostos sobre a natureza das ciências sociais, que se organizam nas seguintes vertentes de debate:

- **Realismo versus Nominalismo** (o debate ontológico): A posição realista defende que o mundo social externo e a cognição individual é um mundo real constituído de estruturas rígidas, tangíveis e relativamente imutáveis. A posição nominalista, por sua

vez, tem como pressuposto que o mundo social externo e a cognição individual são constituídas por nomes, conceitos e rótulos utilizados para estruturar a realidade;

- **Positivismo versus Antipositivismo** (o debate epistemológico): A posição positivista é utilizada para caracterizar epistemologias que tentam explicar e prever o que acontece no mundo social por meio de regularidades e relacionamentos causais entre os seus elementos constituintes. Além disso, o positivismo é essencialmente baseado em abordagens tradicionalmente utilizadas nas ciências naturais. A posição antipositivista se coloca contra a utilidade de buscar leis ou identificar regularidades no mundo social. Para os antipositivistas, o mundo social é essencialmente relativista e somente pode ser entendido a partir do ponto de vista dos indivíduos diretamente envolvidos nele: a posição do investigador como um observador, típica do positivismo, é rejeitada e a absoluta objetividade das ciências também;
- **Determinismo versus Voluntarismo** (o debate da natureza humana): A visão determinista afirma que o homem e suas atividades são completamente determinados pela situação ambiental no qual eles se inserem. Já a visão voluntarista considera o homem completamente autônomo e autodeterminado;
- **Teoria Nomotética versus Teoria Idiográfica** (o debate metodológico): A abordagem nomotética prefere basear a pesquisa em um protocolo sistemático e técnico, valorizando métodos empregados nas ciências naturais como os testes de hipóteses, bem como o rigor científico. A abordagem idiográfica da ciência social, por sua vez, é baseada na visão de que só é possível obter conhecimento de primeira-mão do sujeito sob investigação, de modo que valoriza o seu *background* e a história de vida, além de enfatizar a análise das questões subjetivas e os seus *insights*.

Esses pressupostos são organizados pelos autores em torno das abordagens objetivistas e subjetivistas da ciência social da seguinte maneira:

- **Abordagem objetivista:** realista, positivista, determinista e nomotética;
- **Abordagem subjetivista:** nominalista, antipositivista, voluntarista e idiográfica.

Paralelamente, Burrell e Morgan (1979) também levam em consideração alguns pressupostos sobre a natureza da sociedade, enfatizando o que eles nomeiam como debate entre ordem e conflito e baseando-se nos conceitos de Talcott Parsons e Ralf Dahrendorf, apontam duas teorias de sociedade que se ligam às seguintes palavras-chave:

- **Visão de sociedade da ordem** (ou integração): estabilidade, integração, coordenação funcional e consenso;
- **Visão de sociedade do conflito** (ou coerção): mudança, conflito, desintegração e coerção.

Considerando tal categorização problemática, eles decidem substituí-la pelas noções de regulação e mudança radical. Introduzem assim a **sociologia da regulação**, para se referir a teóricos preocupados em elaborar explicações sobre a sociedade em termos de unidade e coesão, uma vez que se interessam pelo entendimento de forças sociais que previnem a visão hobbesiana de “guerra de todos contra todos”. A **sociologia da mudança radical**, em contraste, tem como preocupação básica encontrar explicações para a mudança radical, os conflitos estruturais, os modos de dominação e a contradição estrutural. Além disso, também se interessa pela emancipação humana em relação às estruturas que limitam seu potencial de desenvolvimento. Focaliza a privação material e física dos homens e as alternativas à

aceitação do *status quo*. Em síntese, os autores acreditam que a distância que separa a sociologia da regulação da sociologia da mudança radical é similar a que separa a sociologia de Émile Durkheim da sociologia de Karl Marx.

Em linhas gerais, Burrell e Morgan (1979) categorizam as preocupações dessas sociologias da seguinte forma:

- **Sociologia da Regulação:** *status quo*, ordem social, consenso, integração e coesão social, solidariedade, satisfação de necessidades e realidade;
- **Sociologia da Mudança Radical:** mudança radical, conflito estrutural, modos de dominação, contradição, emancipação, privação e potencialidade.
- 

Partindo dessas elaborações, os autores então passam a constituir o perfil de cada um dos paradigmas que integram o diagrama. Assim, o **funcionalismo** está fortemente enraizado na sociologia da regulação, focalizando um ponto de vista objetivista. Sua preocupação é dar explicações racionais ao *status quo*, à ordem social, ao consenso, à integração social, à solidariedade e à satisfação das necessidades, recorrendo a uma abordagem que é realista, positivista, determinista e nomotética para buscar soluções para problemas práticos. O **interpretativismo** também se enraíza na sociologia da regulação, mas de um ponto de vista subjetivista. Os pesquisadores buscam entender o mundo como ele é, compreender a natureza fundamental do mundo social no nível da experiência subjetiva, fazendo o uso de uma abordagem nominalista, antipositivista, voluntarista e idiográfica, que vê o mundo como um processo emergente que é criado pelos indivíduos.

O **estruturalismo radical**, por sua vez, está fundamentado na sociologia da mudança radical, partindo de um ponto de vista objetivista. Ele está comprometido com a mudança radical, a emancipação e a potencialidade, enfatizando o conflito estrutural, a contradição e a privação e baseando sua crítica radical da sociedade nas relações estruturais dentro de um mundo social realista. Assim, suas abordagens, como as dos funcionalistas, são também realistas, positivistas, deterministas e nomotéticas. Já o **humanismo radical** tem suas bases na sociologia da mudança radical, mas recorre a um ponto de vista subjetivista. Essa perspectiva vê a consciência humana como dominada pelas superestruturas ideológicas com as quais o indivíduo interage, o que faz com que exista um hiato cognitivo entre ele mesmo e sua verdadeira consciência, que seria uma falsa consciência. O humanismo radical também está comprometido com a mudança radical, a emancipação e a potencialidade, enfatizando as mesmas coisas que o estruturalismo radical, mas sua abordagem seria nominalista, antipositivista, voluntarista e idiográfica, como a advogada pelos interpretativistas.

No Brasil, pesquisadores como Caldas (2005, p. 46) defendem que *Sociological Paradigms and Organisational Analysis* é um dos textos mais influentes da teoria organizacional, embora efetivamente tenha sido pouco lido. Caldas (2005) também reconhece que o trabalho de Burrell e Morgan passou a ser criticado, principalmente porque o modelo de paradigmas simultâneos e concorrentes teria causado polarização e segregação entre os pesquisadores. Partindo desta constatação, procuramos recuperar essas críticas na literatura internacional. Enquanto no Brasil, o texto cai em desuso a partir da década de 1990, no mesmo período nas revistas *Organization Studies* e *Organization* ocorre um extenso debate sobre a tese da incomensurabilidade dos paradigmas. Após analisar sistematicamente este debate, chegamos à seguinte pergunta: qual é a vantagem de se manter um diagrama com eixos polarizados? O



diagrama de Burrell e Morgan (1979), apesar de ter alguma utilidade didática, sempre gerou muitas controvérsias com os alunos e pesquisadores com os quais tivemos a oportunidade de conviver. Quando analisamos os componentes de cada paradigma o que se destaca é que os pressupostos que compõem o estruturalismo radical são os mesmos do funcionalismo (realista, positivista, determinista e nomotético) e o mesmo ocorre entre o humanismo radical e o interpretativismo (nominalista, antipositivista, voluntarista e idiográfico), mas funcionalismo e interpretativismo se encontram juntos sob a rubrica da sociologia da regulação, enquanto o estruturalismo radical e o humanismo radical se abrigam sob a lógica da sociologia da mudança radical. Isso gera algumas contradições.

Por exemplo, segundo Burrell e Morgan (1979), o estruturalismo radical em tese professa a mudança, mas recorre a uma abordagem positivista e determinista. Já de saída temos um problema, pois o positivismo e o determinismo tendem a ser conservadores e de fato, o estruturalismo levado às últimas consequências aponta muito mais para um imobilismo do que para uma transformação, pois no limite a crítica feita identifica uma dominação e opressão tão absolutas que não se vê saídas para a emancipação. Por outro lado, alguns estruturalistas radicais recorrem à dialética, que se opõe ao positivismo: como podem ser então apontados como positivistas?

Os quatro pressupostos colocados por Burrell e Morgan (1979) apontam para posições bastante extremas, estabelecendo dicotomias que não se sustentam diante de um olhar mais atento, nos levando a buscar posições fronteiriças dentro dos quadrantes para explicar exceções, como por exemplo uma pesquisa interpretativista mais comprometida com a sociologia da mudança radical. Estas dificuldades de categorização, bem como as críticas que costumam ser dirigidas a este diagrama de Burrell e Morgan nos corredores das universidades e nos encontros acadêmicos no Brasil, estimularam instigantes reflexões que também geraram tentativas nossas de readequação do diagrama com a utilização de outros pressupostos, mas nenhuma solução encontrada foi satisfatória.

Por esse motivo, o nosso olhar se direcionou para um outro pressuposto que orienta a construção do diagrama de Burrell e Morgan: cada um dos quadrantes (humanismo radical, estruturalismo radical, interpretativismo e funcionalismo) são categorizados como paradigmas em sentido semelhante ao apontado por Thomas Kuhn. Mas seriam eles realmente paradigmas? Reed (1985) é um dos primeiros autores a fazer esse questionamento. Jackson e Carter (1991; 1993) também fazem essa consideração, mas na medida em que defendem a tese da incomensurabilidade, permanecem no registro kuhniano. Willmott (1993a; 1993b) também tenta quebrar a mentalidade paradigmática, mas segue utilizando conceitos kuhnianos, uma vez que defende a teoria do desenvolvimento do conhecimento de Kuhn nas suas elaborações. Deetz (1996) rejeita os paradigmas, substituindo os mesmos por discursos, mas insiste no uso de um diagrama com eixos polarizados, herdando os problemas de enquadramento enfrentados por Burrell e Morgan (1979).

O fato é que Burrell e Morgan não se debruçaram detidamente sobre a questão dos paradigmas utilizados serem ou não kuhnianos em *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*, limitando-se a dizer em uma nota no capítulo 3 que estariam utilizando os paradigmas em um sentido mais amplo que Kuhn. Apesar disso, a definição por eles apresentada coincide com o sentido sociológico de paradigma kuhniano, como veremos a

seguir. Além disso, não faz sentido tomar a tese da incomensurabilidade como faz a comunidade científica no campos dos estudos organizacionais sem aceitar a definição kuhniana de paradigma, pois os conceitos estão inter-relacionados. É importante salientar ainda que antes de toda controvérsia se instalar na área de estudos organizacionais, Eckberg e Hill (1979), no mesmo ano da publicação de *Sociological Paradigms and Organisational Analysis* de Burrell e Morgan (1979), já criticavam o uso dos paradigmas kuhnianos para as ciências sociais

A questão do que é um paradigma é tão problemática que Thomas Kuhn precisou responder aos seus críticos em um posfácio para o livro **A Estrutura das Revoluções Científicas**, pois pesquisadores como Masterman (1970) indicaram mais de vinte diferentes usos para a palavra paradigma no texto. Nesse posfácio de 1969, Kuhn (1962/1997) admite que utilizou o termo paradigma na maior parte do livro com dois sentidos diferentes: (1) em um sentido sociológico, como a constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada; (2) em um sentido científico, como realizações dotadas de uma natureza exemplar que se tornam modelos ou exemplos a serem empregados para resolução de problemas. Os dois sentidos se encontram interligados e a tese da incomensurabilidade de paradigmas vem justamente comprovar isso. No posfácio Kuhn (1962/1997) explica a questão da seguinte maneira:

O que acabamos de dizer fornece uma base para o esclarecimento de mais um aspecto deste livro: minhas observações sobre a incomensurabilidade e suas consequências para os cientistas que debatem sobre a escolha entre teorias sucessivas. Argumentei nos Caps. 9 e 11 que as partes que intervêm em tais debates inevitavelmente veem de maneira distinta certas situações experimentais ou de observação a que ambas têm acesso. Já que os vocabulários com os quais discutem tais situações consistem predominantemente dos mesmos termos, as partes devem estar vinculando estes termos de modo diferente à natureza – o que torna sua comunicação inevitavelmente parcial. Consequentemente, a superioridade de uma teoria sobre outra não pode ser demonstrada através de uma discussão. Insisti, em vez disso, na necessidade de cada partido tentar convencer através da persuasão. Somente os filósofos se equivocaram seriamente sobre a intenção dessa parte de minha argumentação. Alguns deles, entretanto, afirmaram que acredito no seguinte: os defensores de teorias incomensuráveis não podem absolutamente comunicar-se entre si; consequentemente, num debate sobre a escolha de teorias não cabe recorrer a boas razões; a teoria deve ser escolhida por razões que são, em última instância, pessoais e subjetivas; alguma espécie de apercepção mística é responsável pela decisão a que se chega. Mais do que qualquer outra parte do livro, as passagens em que se baseiam essas interpretações equivocadas estão na origem das acusações de irracionalidade. (KUHN, 1962/1997, p. 244-245)

Em outras palavras, o que uma comunidade científica partilha (sentido sociológico) se deve à concordância em relação ao uso de modelos ou exemplos para solucionar problemas (sentido científico). Quando não há mais essa concordância, a comunidade científica deixa de compartilhá-los e surge a incomensurabilidade. O que Kuhn prossegue afirmando, após esta constatação de que foi mal interpretado, é que a incomensurabilidade não é uma mera questão linguística, pois não pode ser resolvida somente na base da argumentação. O que ele quis dizer é que a persuasão é um prelúdio da prova: quando há um desacordo sobre o sentido e a aplicação de regras estipuladas, estamos diante de uma incomensurabilidade e os contestadores precisam então buscar provas objetivas de que estão com a razão. O problema

se reflete na linguagem, mas é anterior a ele, pois se baseia no fato das evidências não sustentarem mais uma determinada teoria.

O próprio conceito de comensurabilidade remete à questões objetivas, a redução de várias dimensões de valor à mesma medida, e não à questões discursivas. Não podemos nos esquecer que Kuhn estava aplicando a tese da incomensurabilidade às ciências naturais e físicas, nas quais os problemas são resolvidos por meio de medidas: comensurável que dizer que dois objetos distintos são mensuráveis em medidas comuns. Amartya Sen (2009) evidencia que quando se considera um conceito da ciência social, como o de capacidade, por exemplo, a característica da não comensurabilidade é um atributo natural da mesma. Observe que Sen afirma que as capacidades são “não comensuráveis” e não que elas são “incomensuráveis”, ou seja, não é possível medir uma capacidade, de modo que não faz nenhum sentido compará-la com outra para dizer que são comensuráveis ou incomensuráveis.

Assim, quando Burrell e Morgan (1979) dizem que os seus quatro paradigmas são rivais e colocam em debate a tese da incomensurabilidade podem ter cometido dois equívocos: considerar que as abordagens sociológicas podem ser categorizadas como paradigmas e tomar a rivalidade e a incomensurabilidade como sinônimos. Os conflitos colocados por Kuhn não se dão devido à meras diferenças de opinião, mas às discordâncias quanto às medidas que se obtêm na reprodução de experimentos, ou sobre as técnicas que se utilizam para realizar essas medidas.

Na percepção de Kuhn (1962/1997), pelo menos em tese, desconsiderando questões ideológicas, uma vez resolvidas as discordâncias de natureza técnica e científica e estabelecido um novo modelo ou exemplo, a comunidade reconhece a superioridade da nova teoria e os conflitos terminam. No caso das ciências sociais, não há como alcançar as dimensões de valor, pois os valores dos fenômenos sociais são de saída não comensuráveis e, portanto, não comparáveis, de modo que a incomensurabilidade é uma impossibilidade lógica. Assim, como podemos averiguar nos estudos organizacionais, os conflitos não se dão em torno de questões de medidas, mas de posições ideológicas. O diagrama de Burrell e Morgan (1979) já coloca esta condição *a priori* quando estabelece a polaridade regulação-mudança, pois essa é imbuída de ideologia. Desse modo, não há sentido em defender ou não a tese da incomensurabilidade a partir das elaborações kuhnianas nos estudos organizacionais, pois não é bem disso que se trata. O que sugerimos então é o abandono do uso do conceito de paradigma e dessa tese na tentativa de alcançar um outro nível de entendimento para a pesquisa no campo das organizações.

A resistência dos cientistas sociais em abandonar o conceito de paradigma está relacionado com o temor de que a mesma seja considerada uma ciência pré-paradigmática, de modo que na base do uso do conceito encontramos a necessidade de alguns pesquisadores afirmarem a ciência social enquanto ciência (ASSIS, 1993). As ciências sociais não podem ser equiparadas às ciências naturais, por razões exaustivamente colocadas na literatura (URRY, 1973; ASSIS, 1993): complexidade de seus objetos, autodecepção, dificuldade em determinar o que seja um experimento e impossibilidade de repetição rigorosa de experimentos. Os paradigmas de Kuhn requerem modelos e exemplos que podem ser utilizados amplamente pelos cientistas de uma área, mas nas ciências sociais eles são raros e se existem, como colocam Eckberg e Hill (1979) hipoteticamente: (1) não podem ser considerados válidos por todos os praticantes da



disciplina; (2) se encontram em domínios em que as pesquisas estão mais aprofundadas; (3) têm uma comunidade de praticantes que se unem em torno deles; e (4) devem ser utilizados para produzir e resolver problemas, gerando uma tradição de pesquisa.

Logo, o debate em torno dos paradigmas e da tese da incomensurabilidade nos estudos organizacionais tem como pano de fundo a questão: o que é ciência? Quando Burrell e Morgan (1979) trazem paradigmas que desafiam a hegemonia funcionalista, fazem a questão vir à tona. A posição integracionista de Donaldson (1985) e Pfeffer (1993) é típica daqueles que não atribuem *status* científico para os outros paradigmas, estabelecendo que os conceitos kuhnianos são válidos apenas no domínio funcionalista. O irônico é que eles não deixam de ter alguma razão, embora não seja possível concordar com a tentativa de homogeneizar os estudos organizacionais em torno do funcionalismo. A insistência no uso de paradigmas não é o melhor caminho para legitimar outras posições epistêmicas, pois o que está em jogo é estabelecer que existem outras formas de ciência para além das nomológicas.

### **3. Indo Além dos Paradigmas: O Círculo das Matrizes Epistemológicas**

Buscando alternativas para o uso dos paradigmas nos estudos organizacionais, encontramos em Jürgen Habermas (1968/1982), na obra **Conhecimento e Interesse**, que antecede a teoria da ação comunicativa e que discute a questão da teoria do conhecimento, um caminho que nos pareceu promissor.

Para o filósofo as teorias do conhecimento são instruídas por interesses cognitivos, entendidos por como “...as orientações básicas que aderem a certas condições fundamentais da reprodução e da autoconstituição possíveis da espécie humana: **trabalho e interação**.”(HABERMAS, 1968/1982, p. 217) Nesse sentido, os interesses não se voltam para necessidades empíricas e imediatas, mas para solução de problemas sistêmicos, uma vez que trabalho e interação englobam processos de aprendizagem e de compreensão recíproca. Assim, as ciências empírico-analíticas se fundamentam no interesse técnico, no sentido instrumental e as ciências hermenêuticas no interesse prático, no sentido de *práxis* de vida. Habermas ainda expressa que as condições do agir instrumental e da atividade própria à comunicação são simultaneamente as condições da objetividade inerente ao conhecimento, fixando a validade das proposições nomológicas e hermenêuticas.

O interesse emancipatório, que orienta a ciência crítica, implica em um ato de reflexão que “altera a vida”, mas não é exterior à conexão entre o interesse técnico e o interesse prático: esses três interesses deveriam ser articulados para orientar o conhecimento. A questão é que as teorias científicas em geral se desdobram em um saber tecnicamente aplicável, mas não produzem um saber para orientar a atividade prática. Nesse contexto, não basta, no entanto, a remoção crítica dos dogmas, pois isso seria niilismo e não emancipação. A questão é que “... a redução metodológica da ciência a um interesse pela autoconservação não está a serviço de uma determinação lógica-transcendental de um conhecimento possível mas, sim, a serviço da negação da própria possibilidade de se conhecer.” (HABERMAS, 1968/1982, p. 309) Em outras palavras, quando reduzimos a ciência a único tipo de interesse estamos pactuando com uma cegueira cognitiva.

Paralelamente, o artigo de Michael Hill (1984), *Epistemology, Axiology, and Ideology*, foi de grande valia, pois sugere que nas ciências sociais não teríamos “paradigmas”, mas diferentes

**sistemas de produção de conhecimento**, que envolvem questões epistemológicas, axiológicas e ideológicas, fazendo uma construção analítica que nos remeteu indiretamente à teoria do conhecimento e interesse de Habermas (1968/1982), ainda que o autor não cite o filósofo. Em primeiro lugar, Hill (1984) estabelece a noção de **sistema de produção de conhecimento** como referencial para discutir **questões epistemológicas** na ciências sociais, apresentando os seguintes argumentos:

- As diversas perspectivas filosóficas, metodológicas e teóricas nas ciências sociais são sistemas de produção de conhecimento;
- Não há limite para o número de sistemas de produção de conhecimento que podem ser inventados ou propostos;
- Cada sistema de produção de conhecimento é composto pelos seguintes elementos: (1) visões de mundo metacientíficas, (2) metodologias, e (3) teorias;
- Esses elementos de cada sistema de produção de conhecimento são interdependentes;
- Cada sistema de produção de conhecimento tenta manter a consistência entre seus elementos de acordo com a próprias regras de organização e lógica;
- Cada sistema de produção de conhecimento é epistemologicamente responsável pelas suas próprias regras de organização e lógica;
- A fidelidade da responsabilidade epistemológica para com o sistema de produção de conhecimento requer: (1) a completa articulação dos elementos de seu sistema; (2) a proposição de soluções para inconsistências quando elas são descobertas, e (3) a clara identificação e publicização de quaisquer inconsistências que resistam às soluções propostas;
- A investigação epistemológica frequentemente requer a “escavação” e reconstrução de “elementos perdidos” do sistema de produção de conhecimento.

Hill (1984) não se limita a discutir os argumentos epistemológicos que sustentam um sistema de produção de conhecimento, apresentando também o problema da **responsabilidade axiológica**, ou seja, a questão dos valores. O autor também discute a **responsabilidade ideológica** que circunda as questões epistemológicas e axiológicas dos sistemas de produção de conhecimento. Hill (1984, p. 71) ainda faz uma crítica das batalhas paradigmáticas, pois sustenta que: “Ao se concentrarem nas características superficiais que obscurecem a substância intelectual, debates entre adversários dicotomizados geralmente destroem qualquer possibilidade de descoberta emancipatória significativa.”

Em outras palavras, a radicalização do debate em posições dicotômicas tende a esvaziar o conteúdo das proposições e cega os adversários para as possibilidades emancipatórias. Para o autor, uma ciência social emancipatória, ou seja, uma ciência crítica, precisa colocar em primeiro lugar a responsabilidade ideológica; em segundo lugar, a responsabilidade axiológica e em terceiro lugar, a responsabilidade epistemológica. A ideia de uma ciência social emancipatória, ou de uma ciência crítica, remete ao paradigma humanista radical apresentado por Burrell e Morgan (1979), no entanto, nossa intenção não é exatamente criar uma nova proposição que coloque o humanismo radical como epicentro, mas mostrar uma outra lógica de pensamento para a compreensão e a explicação das diversas perspectivas que existem nas ciências sociais e nos estudos organizacionais.

Nessa proposição, pretendemos tomar os sistemas de produção de conhecimento das ciências sociais como abordagens sociológicas que buscam uma identidade epistêmica e agregam

teorias e metodologias, orientadas por três matrizes epistemológicas: a matriz empírico-analítica, a matriz hermenêutica e a matriz crítica. Assim, o que Burrell e Morgan (1979) definem como “paradigmas”, estamos conceituando como sistemas de produção de conhecimento, que denominamos abordagens sociológicas. Cada uma delas remete a um conjunto teórico-metodológico e não há limite para o número de abordagens sociológicas que é possível criar no domínio da produção do conhecimento, de modo que elas vão além dos quatro paradigmas identificados pelos autores. Em nossa pesquisa identificamos as principais abordagens sociológicas que atualmente são utilizadas nos estudos organizacionais: a abordagem funcionalista, a abordagem interpretativista, a abordagem humanista, a abordagem estruturalista, a abordagem pós-estruturalista e a abordagem realista crítica.

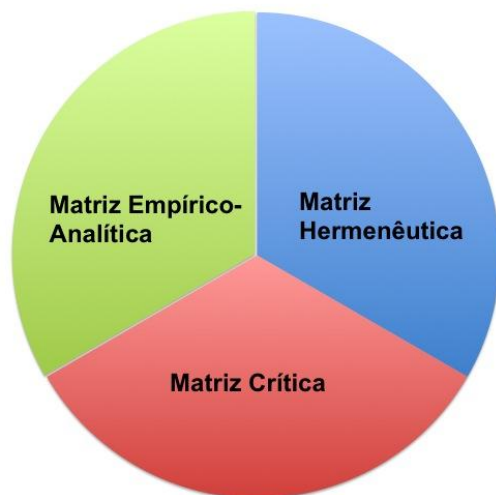
As abordagens sociológicas possuem a propriedade de se orientarem pelas três matrizes epistemológicas que são fundantes no âmbito das ciências sociais: utilizamos a palavra matriz no sentido de origem, de manancial, de lugar onde as coisas são geradas. Cada uma das matrizes aponta para uma noção de ciência, que se refere a um marco epistemológico e a uma lógica de pensamento, mas considerando que cada uma delas também envolve questões axiológicas e ideológicas, ou seja, se move em um domínio político, podemos dizer que se direciona para um tipo particular de interesse. Seguindo a linha de pensamento de Habermas (1968/1982) em **Conhecimento e Interesse** teríamos então:

- (1) as **ciências empírico-analíticas**, também conhecidas como nomológicas, que são dirigidas pelo interesse técnico e geram conhecimento para possibilitar a predição e o controle dos fatos sociais;
- (2) as **ciências hermenêuticas**, que são orientadas pelo interesse prático, que buscam a compreensão social por meio da comunicação e interpretação;
- (3) as **ciências críticas**, que são motivadas pelo interesse emancipatório, voltando-se para a transformação social.

Dessa maneira, para os estudos organizacionais, alternativamente ao diagrama de paradigmas de Burrell e Morgan (1979), apresentamos o **círculo das matrizes epistemológicas**, que fazem referência às ciências analisadas por Habermas – empírico-analítica, hermenêutica e crítica – que apontam, respectivamente para os três tipos de interesse cognitivo: técnico, prático e emancipatório. Assim, as matrizes se caracterizam por três elementos:

- empírico-analítica: alinhamento com a filosofia positiva, uso da lógica formal e preferência pelo interesse técnico;
- hermenêutica: alinhamento com a filosofia hermenêutica, uso da lógica interpretativa e preferência pelo interesse prático;
- crítica: alinhamento com a filosofia negativa, uso da lógica dialética e preferência pelo interesse emancipatório.

**Figura 2: O Círculo das Matrizes Epistemológicas**



O diagrama que propomos sugere um círculo de matrizes epistemológicas, no lugar de um quadrado dividido em quatro paradigmas e polarizado por posições antagônicas. Tal proposição sugere abandonar a lógica paradigmática, de modo que as matrizes devem ser utilizadas como orientadoras do conhecimento e não como domínios de atuação científica. A escolha do círculo foi intuitiva e partiu da intenção de colocar as matrizes como parte de um todo integrado do conhecimento, uma vez que os interesses não deveriam ser compreendidos como concorrentes, mas complementares, pois o funcionamento da vida social depende de todos eles.

Coincidentemente a simbologia neste caso tem muito a nos dizer (LEXIKON, 1978/1994). O quadrado é comumente associado ao pensamento cartesiano, analítico e mecânico, indicando precisão, cálculo e perfeição matemática. Ele ainda simboliza a interrupção do movimento, pois os quatro ângulos indicam descontinuidade no fluxo, inércia e limitação. O quadrado ainda é uma forma construída, que não se encontra na natureza, também remetendo à rigidez, estabilidade e ordem. O círculo, por sua vez, é associado ao pensamento orgânico, relacionando-se ao incalculável e ao natural. Ele simboliza a fluidez livre e sem interrupções. O círculo é uma forma abundante na natureza e faz referência à flexibilidade, ao infinito, ao ilimitado e à ideia de totalidade.

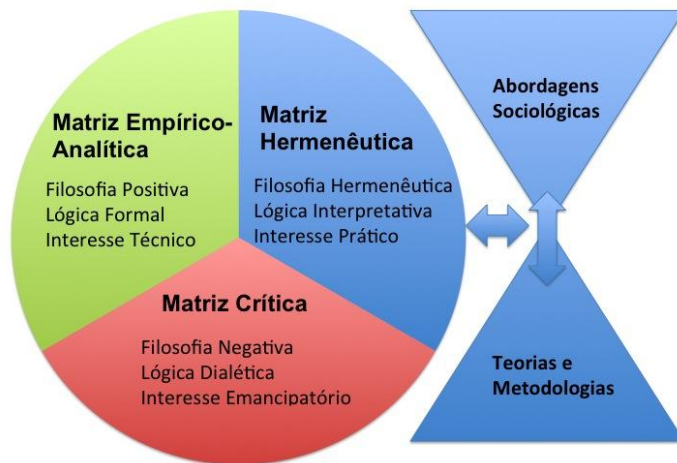
Os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) foram pensados dentro de um registro de rigidez, estabilidade e ordem, na medida em que se baseiam na tese da incomensurabilidade que questiona a comunicação entre os “paradigmas”. Além disso, o modelo é analítico e mecânico: trata-se de uma construção que procura simplificar o entendimento das ciências sociais e que resulta em um reducionismo. A proposição de um círculo de matrizes epistemológicas vai na direção de um pensamento orgânico, que possibilita o movimento na construção do conhecimento, reforçando a ideia de flexibilidade e agregando, de forma natural, o potencial ilimitado humano em uma totalidade. Assim, o círculo das matrizes epistemológicas serve como um referencial de orientação para as

abordagens sociológicas, guiando as mesmas quanto à sua identidade epistêmica na construção de teorias e metodologias.

#### 4. Dois Arranjos Analíticos: A Tese da Incompletude Cognitiva e a Teoria das Reconstruções Epistemológicas

Em síntese, as três matrizes epistemológicas orientam as abordagens sociológicas, que por sua vez produzem teorias e metodologias. A figura a seguir procura ilustrar o que estamos afirmando:

**Figura 3: Matrizes Epistemológicas, Abordagens Sociológicas, Teorias e Metodologias**



A figura, no entanto, não faz justiça ao que estamos tentando ilustrar, pois deveria ser na verdade uma animação, uma vez que há uma dinâmica entre os elementos que precisa ser observada para um melhor entendimento da proposição que ora realizamos. Nossa intenção com o círculo das matrizes epistemológicas não é estabelecê-las como instâncias que necessariamente aprisionam as abordagens sociológicas, mas sim como partes constituintes de um todo integrado da produção de conhecimento. O círculo é um *locus* a partir do qual as abordagens sociológicas se orientam e as matrizes epistemológicas representam pontos de referência nesse *locus*. Dessa forma, é importante frisar que:

- as matrizes representam espaços diferentes nos quais se utilizam linguagens específicas, uma vez que cada uma é guiada por um tipo de lógica e interesse;
- uma separação total dos interesses não é possível na realidade social, de modo que a delimitação dos espaços deve ser tomada como didática;
- as matrizes não são incomunicáveis, apenas requerem que sua linguagem seja traduzida para que haja possibilidade de diálogo e trânsito entre os espaços;
- algumas abordagens sociológicas apresentam a tendência de permanecerem em um único espaço, mas um exame detalhado evidencia que mesmo essas abordagens geram teorias e metodologias que transitam entre as matrizes;
- trabalhos científicos orientados por uma única matriz epistemológica apresentarão mais limitações cognitivas.



As matrizes epistemológicas apontam para preferências cognitivas e de lógica de pensamento, bem como preferências em relação a interesses. Cada uma delas tomadas separadamente representa um ponto cego em relação às outras duas, bem como uma potencial incomunicabilidade, uma vez que cada uma recorre a uma linguagem específica. No entanto, essa incapacidade de comunicação é índice da nossa incompetência cognitiva no tratamento da realidade social. É fato que alguns objetos de pesquisa requerem um determinado viés cognitivo, mas fazer uma opção deveria significar que o pesquisador está ciente das limitações cognitivas a que está se submetendo, quando o que acontece em geral é tomar esse viés como se fosse a única verdade possível, pactuando com uma posição dogmática.

Na nossa visão, as ciências sociais e os estudos organizacionais em um sentido amplo deveriam ser capazes de desenvolver pesquisas que abarquem o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório. O que nos faz pensar assim são as considerações feitas por Habermas (1968/1982) no posfácio de **Conhecimento e Interesse**, de 1973, pois o filósofo defende que os interesses orientadores do conhecimento são responsáveis por zelar pela unidade do sistema de ação e experiência, sendo que o interesse técnico e o interesse prático estão entrelaçados com os elementos constituintes do sistema social, enquanto que o interesse emancipatório garante o elo entre o saber técnico e a *práxis* de vida. Logicamente, reconhecemos que mesmo no caso em que este esforço de integração de interesses for realizado, as preferências cognitivas irão se apresentar e o grau em que cada interesse será contemplado tenderá a ser diferente, mas só fato de se fazer uma pesquisa com este tipo de consciência atribui um *status* crítico à produção do conhecimento.

Vale ressaltar que não estamos advogando uma síntese das matrizes epistemológicas, pois a síntese é uma conclusão apressada a que chegamos quando queremos superar as contradições: Adorno (1967/2009) dedica boa parte da **Dialética Negativa** para criticar esse nosso costume. O que pretendemos é suportar as contradições, chamando atenção para o caráter parcial de cada uma das matrizes perante à realidade social e a sua complexidade. Não se trata de seguir “perspectivas multiparadigmáticas” como as que já foram apresentadas por alguns autores da área, pois a ideia não é tentar analisar um mesmo objeto empírico pela lente de cada um dos “paradigmas”/ “abordagens”. O que sustentamos é que ao considerar um objeto empírico, o investigador deveria levar em conta os três tipos de interesse que o circundam, fazendo uma escolha consciente, que deixe claras as limitações cognitivas que sofrerá. Ou então partir da perspectiva de que o interesse emancipatório deveria guiar a pesquisa e que os interesses técnicos e práticos estarão necessariamente envolvidos nela, o que aponta para uma **nova forma de fazer ciência**, levantada por Habermas (1968/1982) em **Conhecimento e Interesse**.

Essa nova forma de fazer ciência parte do princípio que a hermenêutica deveria ser, como Habermas reivindica, uma ciência universal, embora ele mesmo admita que, ainda que a sua proposta seja suficientemente precisa, não se pode afirmar que o programa dessa nova ciência já esteja completamente estabelecido. Os estudos estão avançando, mas ainda permanecem incompletos, sendo que a questão principal é buscar estratégias cognitivas que produzam um saber utilizável técnica, prática e emancipatoriamente. Os interesses do conhecimento precisam deixar de ter um *status* transcendental para assumirem um *status* empírico, que contemple a vida sociocultural, mas isso depende de reconstruções epistemológicas bem-sucedidas.

A proposição que ora apresentamos abandona os paradigmas e a tese da incomensurabilidade para sugerir que no âmbito das matrizes epistemológicas transitam abordagens sociológicas: cada uma delas tenta dar sua explicação da realidade e sua versão da verdade. No entanto, essas abordagens sociológicas são apenas aproximações, pois não é possível abarcar toda realidade e verdade. O relativismo que hoje perpassa as ciências sociais e os estudos organizacionais, por meio do qual se defende que cada “paradigma”/“abordagem” contém a “sua verdade”, deveria dar lugar a outro tipo de ideia, pois o que temos são abordagens sociológicas que alcançam verdades parciais e incompletas quando consideramos o todo – o universal – no qual os fenômenos se encontram imersos.

Nesse sentido, estamos propondo a **tese da incompletude cognitiva**: os argumentos apresentados nos permitem afirmar que no âmbito das ciências sociais e organizacionais, independentemente da abordagem sociológica utilizada, não é possível atingir todo o conhecimento, mas apenas uma parte dele. A busca do cientista social e do estudioso das organizações, então deveria ser, dentro do seu domínio de atuação, ampliar seus horizontes de conhecimento, realizando trabalhos que procurem abranger os três tipos de interesse, mas sempre ciente de suas limitações cognitivas. Assim, ao invés de debater a tese da incomensurabilidade dos paradigmas seria mais frutífero deixar de lado a ideia de uma incomunicabilidade entre eles e admitir nossa impossibilidade de ter toda verdade a partir de um determinado “paradigma”/ “abordagem sociológica”, conscientizando-se de que é necessário dialogar com as outras abordagens, pois essas não são estritamente instâncias rivais, mas formas diversas de captar a realidade e explicá-la, contemplando outros interesses. Na verdade, em cada uma das matrizes epistemológicas, a partir das quais as abordagens sociológicas se situam, já existe o reflexo da outra, pois a matriz empírico-analítica no limite busca o interesse prático, a matriz hermenêutica faz fronteira com o interesse emancipatório e a matriz crítica tenta se reconciliar com o interesse técnico.

Além disso, é necessário esclarecer como o conhecimento se desenvolve no âmbito das ciências sociais e para isso defendemos a **teoria das reconstruções epistemológicas**. No domínio das ciências naturais temos uma concordância sobre o uso de um modelo ou exemplo a ser replicado para solução de problemas, como propõe Kuhn (1962/1997), que quando é perturbado faz surgir uma incomensurabilidade a partir da qual pode emergir um novo paradigma. No caso das ciências sociais na construção de um sistema de conhecimento, que denominamos como abordagem sociológica, os fundadores e pioneiros nem sempre conseguem articular cuidadosamente todos os seus elementos. Alguns elementos se perdem e os pesquisadores precisam realizar um trabalho de “escavação” para encontrá-los e assim novas teorias e metodologias são criadas, ou aprimoradas, o que evidencia o caráter processual e dinâmico da produção do conhecimento. Essa “escavação” é denominada por Hill (1984) como **reconstrução epistemológica**.

No entanto, e neste ponto trata-se de uma elaboração nossa, nesse processo de reconstrução epistemológica, os pesquisadores podem buscar teorias e metodologias de outras abordagens sociológicas, realizando recombinações capazes de levar ao surgimento de novas teorias e metodologias, ou mesmo de uma nova abordagem sociológica. A questão é que as teorias e metodologias desenvolvidas não estão necessariamente presas às abordagens sociológicas, pois, como veremos a seguir, há evidências de que essas teorias e metodologias, na busca de

contemplar outros interesses cognitivos, se movem entre as matrizes epistemológicas, o que pode resultar na criação de novas abordagens sociológicas que tentam realizar interconexões entre as matrizes.

A **teoria das reconstruções epistemológicas** evidencia como o conhecimento sociológico se desenvolve: não se tratam de “rupturas paradigmáticas”, mas da criação de novas abordagens sociológicas que procuram superar a **incompletude cognitiva**, ainda que essa não seja uma tarefa totalmente possível, pois nenhuma reconstrução epistemológica é completamente bem sucedida. No entanto, esta dinâmica comprova que é possível criar sistemas de produção do conhecimento, ou seja, abordagens sociológicas, que busquem conciliar os interesses sustentados pelas matrizes epistemológicas.

### **5. Considerações Finais**

Neste artigo, apresentamos uma nova proposição para orientar os estudos organizacionais: o **círculo das matrizes epistemológicas**. A proposta é inédita porque oferece uma alternativa à lógica paradigmática de Thomas Kuhn (1962/1997): a lógica dos interesses cognitivos de Jürgen Habermas (1968/1982). Inspirados pela lógica paradigmática kuhniana, que se apoia na tese da incomensurabilidade dos paradigmas, Burrell e Morgan (1979) elaboraram o diagrama dos paradigmas sociológicos para guiar os estudos organizacionais. A reprodução da teoria da evolução do conhecimento kuhniana na área, no entanto, vem estimulando uma “guerra paradigmática”, pois a tese da incomensurabilidade é erroneamente utilizada como referência para sustentar identidades epistêmicas e manter domínios separados de atuação e pesquisa.

O círculo das matrizes epistemológicas também oferece um esquema para orientação dos estudos organizacionais, mas, inspirado em Habermas, defende a tese da incompletude cognitiva e sugere que o conhecimento sociológico se desenvolve de acordo com a teoria das reconstruções epistemológicas. O círculo das matrizes epistemológicas é constituído por três matrizes norteadas por diferentes interesses cognitivos, que constituem um todo que é o conhecimento: a matriz empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático/comunicativo) e a matriz crítica (interesse emancipatório). Essas matrizes epistemológicas se desdobram em diversas abordagens sociológicas que enfrentam a incompletude cognitiva, mas procuram superá-la por meio de reconstruções epistemológicas que geram novas teorias e metodologias capazes de transitar entre as matrizes epistemológicas, movimento esse que também favorece o surgimento de novas abordagens sociológicas.

Não é possível prever se o círculo das matrizes epistemológicas será capaz de conter a “guerra paradigmática” provocada pela inserção das elaborações kuhnianas no domínio dos estudos organizacionais. No entanto, a proposição que realizamos, em relação à outras que foram apresentadas por estudiosos da área, oferece uma lógica de pensamento alternativa. Sua vantagem é abandonar o diagrama dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) e suas posições antagônicas, que contrapõem objetividade e subjetividade e sociologia da regulação e sociologia da mudança. Essa nova lógica de pensamento supera a ideia de que a evolução do conhecimento ocorre por meio de dicotomias e rupturas para inserir a perspectiva de que o conhecimento sociológico se desenvolve na tentativa de integrar os interesses

cognitivos. Os investigadores assim realizam movimentos teóricos, analíticos e metodológicos que nunca cessam, uma vez que buscam alcançar outros interesses, ainda que não seja possível alcançar a completude cognitiva.

Buscando comprovar como essa lógica dos interesses cognitivos funciona em futuros estudos discutiremos as seis principais abordagens sociológicas que atualmente perpassam os estudos organizacionais: a abordagem funcionalista, a abordagem interpretativista, a abordagem humanista, a abordagem estruturalista, a abordagem pós-estruturalista e a abordagem realista crítica. Com essa discussão tentaremos evidenciar de que forma o círculo das matrizes epistemológicas, a tese da incompletude cognitiva e a teoria das reconstruções epistemológicas se manifestam na prática da pesquisa organizacional. Partiremos do pressuposto de que as três primeiras abordagens (funcionalista, interpretativista e humanista) são mais fiéis às matrizes epistemológicas que as originaram, tendendo a permanecer no registro de uma única matriz, mas sustentando que ainda assim elas têm uma dinâmica, pois produzem teorias e metodologias capazes de transitar para outras matrizes. Além disso, abordaremos como as três últimas abordagens (estruturalista, pós-estruturalista e realista crítica) derivam de reconstruções epistemológicas, que procuram integrar interesses cognitivos gerando interconexões entre matrizes epistemológicas.

## 6. Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967/2009. 352 p.
- ASSIS, J. P. Kuhn e as Ciências Sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, set.1993.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Elements of the Sociology of Corporate Life. Vermont: Ashgate, 1979. 432 p.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: Uma Introdução à Série. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 53-57, jan. 2005.
- DEETZ, S. Describing Difference in Approaches to Organization Science: Rethinking Burrell and Morgan and Their Legacy. **Organization Science**, Hanover, v. 7, n. 2, p. 191-207, Apr. 1996.
- DONALDSON, L. **In Defence of Organization Theory**. A Reply to the Critics. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 196 p.
- ECKBERG, D. L.; HILL, L. The Paradigm Concept and Sociology: A Critical Review. **American Sociological Review**, Washington, v. 44, n. 6. p. 925-937, Dec. 1979.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Com um Novo Posfácio. Rio de Janeiro: Zahar, 1968/1982. 367 p.
- HILL, M. R. Epistemology, Axiology, and Ideology in Sociology. **Mid-American Review of Sociology**, Kansas, v. 9, n. 2, p. 59-77, Spring 1984.
- JACKSON, N.; CARTER, P. In Defence of Paradigm Incommensurability. **Organization Studies**, London, v.12, n.1, p.109-127, Jan. 1991.
- \_\_\_\_\_. "Paradigms Wars": A Response to Hugh Willmott. **Organization Studies**, London, v. 14, n. 5, p. 727-730, Sept. 1993.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1962/1997. 264 p.
- LEXIKON, H. **Dicionário de Símbolos**. São Paulo: Cultrix, 1978/1994. 216 p.



# IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

MASTERMAN, H. The Nature of a Paradigm. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 59-89.

PFEFFER, J. Barriers to the Advance of Organizational Science: Paradigm Development as a Dependent Variable. **Academy of Management Review**, New York, v. 18, n. 4, p. 599-620, Oct. 1993.

REED, M. **Redirections in Organizational Analysis**. London: Tavistock, 1985. 180 p.

SEN, A. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 492 p.

URRY, J. Thomas S. Kuhn as Sociologist of Knowledge. **British Journal of Sociology**, London, v. 24, n. 4, p. 462-473, Dec. 1973.

WILLMOTT, H. Breaking the Paradigm Mentality. **Organization Studies**, London, v. 14, n. 5, p. 681-719, Sept. 1993a.

\_\_\_\_\_. Paradigm Gridlock: A Reply. **Organization Studies**, London, v. 14, n. 5, p. 727-730, Sept. 1993b.